

**ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF**

Nos dias trinta e trinta e um de agosto de dois mil e vinte e um, na sala virtual - via Google Meet, foi realizada a **50ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social/CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos os Acordos referentes ao desastre da barragem da Samarco, em Mariana/MG. As reuniões - preparatória e pública tiveram pautas distintas, seguindo abaixo os registros da reunião pública, transmitida ao vivo pelo Youtube através do *link* <https://youtu.be/9VdnLbInLLc>:

**1) Apresentação e manifestações dos participantes.**

**Participantes da reunião preparatória à 50ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 30/08/21 - Horário: 13h47 às 16h18.**

Camila Rossi (FGV/MPF), Cíntia Dall Agnoll (FGV/MPF), Daniela Felix (FBDH), Haydée Frota (FGV/MPF), Jadilson Oliveira (Comissão Quilombola de Degredo), Joana Nabuco (FGV/MPF), João Luiz Paste (IJSN), Lindalva Feitosa (FBDH), Marta Zorzal (UFES), Rosangela Cassotti (Comissão de Atingidos de Aracruz), Soraya Benetti (FLACSO), Taís Santos (ATI ASPERQD), Tatiana Tatagiba (SETADES), Walquíria Soares (IEMA) e Yasmim Siqueira (ASPERQD).

**Participantes da 50ª Reunião Ordinária Pública da CT-PDCS - Dia: 31/08/21 - Horário: 13h46 às 17h16.**

Ana Carolina Maciel (Renova), Camila Rossi (FGV/MPF), Carlos Alberto (Renova), Cláudia Laureth (FLACSO), Cíntia Dall Agnoll (FGV/MPF), Daniela Felix (FBDH), Iara Morena (Renova), Jadilson Oliveira (Comissão Quilombola de Degredo), Joana Nabuco (FGV/MPF), João Luiz Paste (IJSN), João Sales (Renova), Juliana Rocha (Renova), Lilian Vidal (Renova), Lindalva Feitosa (FBDH), Mariana Melo (Renova), Marily Gallote (Renova), Marta Zorzal (UFES), Paula Vieira (Renova), Pauline Araújo (SEDESE), Pedro Bigolin Neto (ASPERQD), Pedro Strozemberg (Ouvidor), Ramon Lopes (E&Y), Rosangela Cassotti (Comissão de Atingidos de Aracruz), Simone Meira (Renova), Soraya Benetti (FLACSO), Tatiana Tatagiba (SETADES), Verônica Coutinho (SEGOV/MG), Walquíria Soares (IEMA) e Yasmin Siqueira (ASPERQD).

Após a apresentação dos membros, o Sr. João Luiz Paste, coordenador da CT-PDCS, registrou que a partir desta, as reuniões ordinárias serão transmitidas ao vivo pelo Youtube. Em seguida, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da reunião, conforme descritos a seguir:

**2) Aprovação da Ata da Reunião: 49ª RO da CT-PDCS.**

<b>Discussão</b>	Após consulta aos membros da CT a ata da <b>49ª RO</b> da CT-PDCS foi aprovada, conforme a minuta previamente distribuída, sem objeção.
------------------	---

**3) Encaminhamentos da 49ª RO: E.49-2 – Realizar ajustes na plataforma do Repositório conforme sugestões contidas na minuta da ata da 49ª RO; E.49-7 – Apresentar as atualizações sobre projetos e parcerias para as bases fixas do CIT; E.49-8 – Apresentação de proposta atualizada da revisão e definição de critérios de encerramento do PG 35 e E.49-6 – Apresentar os indicadores do PG 36 referentes ao primeiro semestre de 2021, trazendo uma análise comparativa com o ano de 2020.**

<b>Discussão</b>	Sobre o encaminhamento <b>E.49-2 – Realizar ajustes na plataforma do Repositório conforme sugestões contidas na minuta da ata da 49ª RO</b> , Iara informou que os ajustes não foram concluídos em sua totalidade. Carlos Alberto mencionou que desde a última reunião a equipe vem trabalhando no intuito de atender a todas as recomendações elencadas pela CT na última Reunião Ordinária, pois foram contribuições muito ricas para o desenvolvimento e melhoria da plataforma do Repositório. Expôs que foram relacionadas 24 contribuições para a melhoria da plataforma e que de imediato foram realizados 10 ajustes; que os ajustes que dependem diretamente do fornecedor e do processo de programação do <i>site</i> ainda estão em andamento; que foi concluída a contratação de novo fornecedor para manutenção da plataforma e que iniciarão os
------------------	---

Discussão

ajustes de programação. Iara reforçou o compromisso em realizar todos os ajustes na plataforma do Repositório sugeridos pela CT. Carlos expôs que no último dia 26 de agosto foi realizado o primeiro *webinário* “Conhecimento em pauta”, com uma análise da paisagem do Rio Doce; que essa atividade iniciou o ciclo da descentralização e itinerância e que em breve a gravação desse *webinário* estará disponível em Narrativas Acadêmicas, no Repositório; que ao final desse primeiro ciclo teriam a publicação disponibilizada na plataforma de um artigo científico no formato de divulgação acadêmica sobre essa palestra. Mencionou que as oficinas “Trilhas de Memória” que dialogam com as Narrativas Territoriais estavam agendadas para realização na primeira quinzena de setembro. Quanto ao encaminhamento **E.49-7 – Apresentar as atualizações sobre projetos e parcerias para as bases fixas do CIT**, Carlos Alberto enfatizou que conseguiram agenda com a Prefeitura de Mariana para dar prosseguimento nas tratativas de formalização da cessão de espaço para o CIT; que a Prefeitura de Mariana manifestou o interesse em manter as funções relacionadas ao Turismo no terminal e a FR argumentou em relação às tratativas já desenvolvidas e os projetos já elaborados para a instalação do CIT no terminal turístico; que a equipe da Prefeitura mostrou-se aberta à discussão da integração entre as demandas da Secretaria de Cultura e Turismo do município, sem acarretar algum prejuízo em relação ao projeto conceitual do CIT, visando também a sustentabilidade do espaço. Iara reforçou que terão nova agenda na próxima semana na Prefeitura de Mariana, sendo que na primeira agenda foi solicitada a formalização da aprovação do projeto pela municipalidade, para que pudessem avançar no projeto executivo do CIT. Em relação ao CIT de Governador Valadares, Carlos informou que estão em um estágio avançado após as tratativas sobre o novo local indicado e que estão fazendo os últimos ajustes na proposta conceitual, definindo o pacote de necessidades junto à Prefeitura, que solicitou o acolhimento do Museu da Cidade. Iara reafirmou os avanços com a prefeitura de Governador Valadares e a finalização de algumas questões para o avanço no projeto executivo. Pontuou que a articulação na perspectiva de acolher o Museu da Cidade daria ao CIT a possibilidade de garantir a sua sustentabilidade e permanência. Em relação ao CIT de Regência, Carlos Alberto informou que estão na reta final da revisão dos projetos, seguindo a solicitação de readequação de reforma do auditório e dos banheiros, e que nos próximos 15 dias terão retorno desse projeto para apresentação ao ICMBio. João Paste agradeceu pelo acolhimento às recomendações dos ajustes de melhoria na plataforma do Repositório e disse que a CT aguarda os demais ajustes e atualizações na plataforma. João partilhou que acompanhou o *webinário* realizado no dia 26 de agosto e que achou bem interessante, devendo ser catalogado na plataforma o mais breve possível. Quanto às bases físicas do CIT, João fez um apelo para que a equipe avalie a possibilidade de trabalhar com construções pré-moldadas para um rápido resultado na implantação do CIT de Governador Valadares. Sobre o CIT de Regência, João mencionou que recebeu cópia de uma manifestação do ICMBio, no último dia 17 de agosto, solicitando que a FR encaminhasse o termo de parceria para que o Instituto pudesse se manifestar, e partilhou entender que tal atitude confirma o interesse na parceria, necessitando de mais fluidez da equipe do programa, pois é desalentador ainda não ter sido materializadas as estruturas físicas do CIT. Tendo em vista as tratativas com a Prefeitura de Mariana elencadas pela equipe do programa, sobre o CIT de Mariana, João Paste solicitou que, se não for possível o que foi proposto, que seja avaliada a possibilidade de excluir o CIAS da proposta de ocupação do Terminal Turístico de forma a compatibilizar o CIT e as demandas da Prefeitura. Verônica Coutinho perguntou como foi o diálogo para as escolhas dos locais das bases fixas do CIT e como foi feita a divulgação para o *webinário*. Considerando as discussões com a Prefeitura de Mariana sobre a possibilidade de adequação do projeto para colher atividades relacionadas ao setor de turismo, Joana Nabuco salientou que todos deveriam estar bem atentos à finalidade primordial do CIT, que é de servir de informação e memória à população. Iara partilhou que em agenda com a Prefeitura Municipal de Mariana encontraram uma equipe onde muitos não tinham acompanhado o histórico do PG 35, tendo sido solicitada a reapresentação do projeto. Iara informou que realizaram a

**Discussão**

apresentação do que seria o espaço físico e a dimensão conceitual do CIT e observou que existe a preocupação da prefeitura em não descaracterizar totalmente o espaço e que pretendem desenvolver atividades turísticas. Afirmou que foi registrado junto à municipalidade a entrega do Centro de Informações que precisam realizar em cumprimento ao TTAC, e que aguardam um retorno da prefeitura. Avaliou que o CIT tem um objetivo próprio, mas que seria possível discutir interfaces sem descaracterizá-lo, assim como estão discutindo com a Prefeitura de Governador Valadares a interface com o Museu da Cidade. Respondendo a Verônica, Lara falou que o CIT em Mariana estava previsto no TTAC e contextualizou sobre as tratativas com a municipalidade; que o *webinário* foi divulgado nos territórios através das equipes de Diálogo. Carlos Alberto completou que a divulgação do *webinário* foi feita através das mídias sociais e que foi feita uma análise do público-alvo; que tiveram 150 inscritos e que uma média de 69 pessoas acompanhou o evento até o final. Em relação ao questionamento de Verônica, João Paste contextualizou sobre a definição das localidades das bases físicas do CIT em Mariana, Governador Valadares e Regência, sobre a decisão do CIF pela instalação dessas bases físicas preferencialmente em imóveis públicos, tendo em vista a perspectiva de estabilidade do funcionamento do CIT. Recordou que a FR ficou encarregada de viabilizar as parcerias com o poder público municipal, estadual ou federal, ou, conforme sugestão da CT, que fossem adquiridos os imóveis e cedidos ao poder público. Paula Vieira complementou que a Deliberação CIF nº 229 definiu as localidades das bases do CIT. João Paste solicitou que a equipe do programa, após as reuniões com a prefeitura de Mariana e o ICMBio, na próxima semana, inteirasse a CT sobre as tratativas, para que de alguma forma pudesse contribuir com as soluções. Sobre o encaminhamento **E.49-8 – Apresentação de proposta atualizada da revisão e definição de critérios de encerramento do PG 35**, Lara apresentou o cronograma proposto para a manutenção da plataforma do Repositório, as ações de itinerância e descentralização sendo desenvolvidas pela FR até o final de 2030, e o encerramento, em dezembro de 2026, da responsabilidade da FR pela manutenção dos espaços físicos do CIT; registrou que a equipe do PG 35 foi muito contestada pela Governança, sobre a manutenção dos espaços fixos do CIT até 2030, considerando algumas evidências da implantação dos CITs desde 2017. Walquíria questionou quais elementos evidenciam a implantação e o efetivo funcionamento do CIT, para que fosse considerado pela FR o encerramento em 2026, tendo em vista que a Casa do Jardim em Mariana não funcionou conforme previsto no escopo do CIT. Ana Carolina respondeu que o critério de encerramento para a manutenção das estruturas físicas do CIT foi baseado na assinatura do TTAC em 2016 e que a orientação do jurídico para esse fim se deu sobre um ofício encaminhado ao CIF e disponibilizado para a Auditoria Independente, com a indicação do atendimento emergencial às localidades. João Paste observou que a CT recebeu somente no dia de ontem a nova proposta de definição do PG 35 e que essa atualização do critério de encerramento do programa não converge com as discussões mantidas na CT. Evidenciou que a CT continuará insistindo para que haja o cumprimento dos dez anos de funcionamento das bases físicas do CIT após a efetiva implantação das mesmas; que entende que há uma contradição perigosa no cronograma proposto para o funcionamento do PG 35, e que a FR, não oferecendo a segurança de funcionamento das bases físicas do CIT após 2026, se não houver sustentação financeira para o custeio, mesmo estando em espaços físicos públicos, não haveria sentido algum em apontar a descentralização e a itinerância para formação do Repositório; que é inadmissível que a FR argumente que teria cumprido o que está ajustado no TTAC, de instalação dos espaços fixos até 31 de dezembro de 2016, visto que atualmente não existe nenhuma dessas bases físicas do CIT aberta; que não faz sentido o cronograma de encerramento do PG 35 ser fixado em três etapas como se fossem partes separadas. Walquíria manifestou concordância à fala de João Paste e enfatizou que não há como contabilizar o período de funcionamento do CIT desde 2016; que o foco parece estar muito mais no processo, que não deve ser desconsiderado, do que na finalidade do programa, que é o atendimento à população; que quando as pessoas estiverem fazendo uso de todos os objetivos previstos para o CIT é que se pode dar início

<p><b>Discussão</b></p>	<p>ao cumprimento do objetivo do CIT. Ana Carolina disse que a equipe continuaria com os melhores esforços para continuar entregando a plataforma, as ações de descentralização e itinerância, instalando os pontos fixos no CIAS para que não fiquem tão dependentes da parceria público-privada; que a equipe do programa tem um limite de atuação e que aguardam os desdobramentos das discussões. A Profª Marta Zorzal questionou se os espaços físicos do CIT já estavam prontos para o funcionamento. Ana Carolina respondeu que, no entendimento do jurídico, há um conjunto de evidências, documentação que foi remetida ao CIF e a Auditoria em 2017 que indicam o cumprimento num período emergencial da instalação de três CITs. A Profª Marta questionou se o TTAC previa que o CIT deveria ser implantado somente emergencialmente. Ana Carolina respondeu que não. A Profª Marta Zorzal e João Paste afirmaram o desconhecimento de tal documentação mencionada por Ana Carolina, e a equipe do programa não apresentou, durante a reunião, a documentação citada. A Profª Marta Zorzal externou sua preocupação com o encerramento proposto para o ano de 2026 da manutenção dos espaços físicos do CIT pela FR, tendo em vista que até a presente data nenhuma base física estava instalada. Paula Vieira mencionou que posteriormente faria o envio das evidências mencionadas por Ana Carolina submetidas ao CIF em 2017. Em relação ao encaminhamento <b>E.49-6 – Apresentar os indicadores do PG 36 referentes ao primeiro semestre de 2021, trazendo uma análise comparativa com o ano de 2020</b>, João Sales recapitulou os objetivos, o status do projeto e dos processos e o critério de encerramento do PG 36. Apresentou os números consolidados dos 6 indicadores: Tempo médio de resposta nas redes sociais, Alcance orgânico <i>LinkedIn</i>, Alcance orgânico <i>Facebook</i>, Visualizações no <i>Youtube</i>, Acessos das cidades prioritárias ao <i>site</i> e Visualizações das páginas de serviço, relativos ao ano de 2020. Informou que o destaque no ano de 2020 foi a média de Visualizações de páginas de serviço, impulsionada principalmente pelos acessos ao Portal do Usuário; que divulgações sobre o cadastro dos atingidos e o Sistema Indenizatório Simplificado contribuíram para o alto volume de visualizações total nas páginas de serviço do <i>site</i>. Apresentou os números relativos aos indicadores do primeiro semestre de 2021. Exibiu os gráficos comparativos relacionados a 2020 e 2021 dos 6 indicadores e contextualizou-os brevemente. João Paste informou que a CT recebeu o relatório apresentado por João Sales e avaliou positivamente, conforme o que foi proposto para as metas e indicadores. Enfatizou que há sempre aperfeiçoamentos a serem realizados para credibilizar e melhorar as informações, tendo o cuidado com a linguagem clara e transparente da comunicação da FR para as pessoas atingidas e citou as discussões e tratativas do GT Transparência que culminaram na NT nº 26/2021, que está na pauta da 55ª RO do CIF, e a NT nº 25/2021, que resultou na Deliberação CIF nº 506/21, as quais tratam do tema da produção da informação e a forma de comunicação da informação para as pessoas.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E-50.1</b> – Apresentação dos ajustes na plataforma do Repositório (sugestões da 49ª RO) e dos processos de constituição do Inventário do CIT. <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> próxima RO.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E-50.2</b> – Atualização das tratativas com as Prefeituras de Mariana e de Governador Valadares e com ICMBio para instalação das bases fixas do CIT. <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> próxima RO.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E-50.3</b> – Encaminhar à CT as evidências que indicam o cumprimento num período emergencial de instalação de três CITs mencionadas na 50ª RO. <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> imediato.</p>
<p><b>4) E-47.4 - Apresentação das atualizações das tratativas internas e do cronograma detalhado referente à Plataforma Georreferenciada, o Portal da Transparência e o Portal de Monitoramento Hídrico.</b></p>	
<p><b>Discussão</b></p>	<p>Marily Gallote informou que como é recém chegada na equipe de comunicação da FR estava realizando um aprofundamento no tema da Plataforma Georreferenciada, bem</p>

<p><b>Discussão</b></p>	<p>como no PG 06 e no PG 36. Partilhou que foi formado o grupo multidisciplinar de trabalho, com representantes de várias áreas envolvidas no projeto, e que foram realizadas reuniões para o encaminhamento das necessidades da Deliberação e as definições dos papéis e das responsabilidades. Esclareceu que o grupo se deparou com complexidades maiores que a disponibilização de dados, dentre elas: a expertise técnica de coleta, de tratamento e da aprovação dos dados, que não depende somente da equipe de Comunicação da FR, e a construção desse processo interno na FR para as definições que envolvem outras áreas e instâncias de aprovação, maiores que a do grupo de trabalho. Comunicou que foi realizada a contratação de um consultor atuando como gerente de projeto para a condução da gestão sobre esses dados. Afirmou que está em andamento: o mapeamento dos dados disponíveis pela FR, que podem ser migrados para a plataforma, a condução da definição do processo de gestão sobre os dados e a análise do setor de TI sobre o georreferenciamento. Marily perguntou se poderia ficar acordado a apresentação na próxima RO do escopo do projeto redefinido com base nas complexidades encontradas, uma metodologia consensada entre as áreas e o cronograma detalhado. João Paste disse entender que a apresentação por parte da FR das tratativas internas referentes à plataforma georreferenciada foi cumprida, ficando a apresentação dos pontos elencados por Marily a ser realizada na 51ª RO, e recomendou que sejam observados os prazos estabelecidos na Deliberação CIF nº 506, devendo ser requerido ao CIF eventuais prorrogações desses prazos, com as devidas justificativas.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E-50.4</b> – Apresentar proposta metodológica referente ao GT de acompanhamento da plataforma georreferenciada e o cronograma detalhado referente à Plataforma georreferenciada, o Portal da Transparência e o Portal de Monitoramento Hídrico. <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> 51ª RO da CT-PDCS.</p>
<p><b>5) E.8RE-1 - Apresentação da proposta metodológica e condução dos trabalhos referente ao GT de acompanhamento da plataforma georreferenciada e dos PTIs, tendo em vista o que estabelece a Deliberação CIF nº 506/21; E.49-3- Atualização dos Planos de Ação Territorial com as alterações sugeridas na 49ª RO e E.49-4 - Apresentar os Indicadores do PG 06 com números absolutos, conforme solicitado na 49ª RO.</b></p>	
<p><b>Discussão</b></p>	<p>Referente ao encaminhamento <b>E.8RE-1 - Apresentação da proposta metodológica e condução dos trabalhos referente ao GT de acompanhamento da plataforma georreferenciada e dos PTIs, tendo em vista o que estabelece a Deliberação CIF nº 506/21</b>, João Paste observou que as discussões nas reuniões anteriores se deram sobre os PTIs e que a devolutiva recebida sempre eram sobre os PATs e que faltavam elementos para que os Planos de Ação fossem reconhecidos como Planos Integrados. Ressaltou a necessidade de convergir na discussão em relação aos dois instrumentos de planejamento, gestão e monitoramento, como partes do PTI. Sobre o encaminhamento <b>E.49-3- Atualização dos Planos de Ação Territorial com as alterações sugeridas na 49ª RO</b>, Iara reportou que a equipe vem trabalhando para a incorporação de todos os ajustes sugeridos aos PATs nas últimas ROs, bem como na revisão da estrutura dos instrumentos de gestão para terem mais visibilidade no quesito integração, principalmente na atuação junto aos programas, as ações de reparação e de compensação que estão previstas para cada território. Apresentou o cronograma dos 14 Seminários Participativos que acontecerão de forma virtual e que trarão contribuições para ajustes nos PATs. Destacou que somente o seminário em Mariana acontecerá no mês de outubro e os demais em setembro. Iara afirmou que seriam encaminhados nesta data os 4 PATs que estavam pendentes, ainda sem as atualizações sugeridas, totalizando os 14 documentos para os 14 microterritórios. Ana Carolina solicitou dilação desse prazo para a efetivação das atualizações dos PATs, tendo em vista que aguardavam as contribuições que serão recebidas nos Seminários e após ajustariam de uma única vez os documentos. A Profª Marta Zorzal parabenizou a equipe pela agenda dos seminários e concordou com a dilação de prazo solicitada por Ana Carolina. Não houve objeção ao proposto pela representante da FR. Pedro Bigolin perguntou se a alteração da nomenclatura dos nomes</p>

<b>Discussão</b>	<p>dos programas do PBAQ, que se confundem em relação aos programas do TTAC, estaria contemplada nos ajustes. Ana Carolina confirmou que esse ponto está no radar da equipe. João Paste ressaltou que a identificação dos programas do PBAQ, às vezes similares aos programas do TTAC, foi uma das observações para adequação feitas pela Profª Marta Zorzal na 49ª RO. Sobre o encaminhamento <b>E.49-4 - Apresentar os Indicadores do PG 06 com números absolutos, conforme solicitado na 49ª RO</b>, Iara destacou o envio nesta data à CT do ofício com o status atual de todos os indicadores de todos os pilares do PG 06, com o destaque para os números absolutos. João Paste mencionou que a CT analisará o documento recebido hoje. Tendo em vista que a Deliberação CIF nº 506, estabelece que a FR deverá apurar em até 90 dias os indicadores de desempenho do PG 06, entrega prevista para o mês de setembro, e considerando que existem indicadores que dependem de uma pesquisa de periodicidade anual, a qual será realizada no mês de outubro, Iara solicitou dilação de prazo para a entrega dessa mensuração em dezembro. João Paste e os demais membros da CT se manifestaram e não houve objeção quanto à dilação de prazo. Ficou acordado que a apresentação dos indicadores do PG 06 – Pilar Ouvidoria será realizada na próxima RO, considerando instabilidade do sinal de internet do Ouvidor.</p>
<b>Encaminhamento</b>	<p><b>E-50.5</b> – Apresentar as atualizações sobre os Planos de Ação Territorial. <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> próxima RO.</p>
<b>Encaminhamento</b>	<p><b>E-50.6</b> – Apresentação dos indicadores do PG 06 – Pilar Ouvidoria. <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> próxima RO.</p>
<b>Encaminhamento</b>	<p><b>E-50.7</b> – Apresentação do resultado dos indicadores do PG 06 com periodicidade anual, conforme estabelece a Deliberação nº 506. <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> 54ª RO da CT-PDCS, em dezembro/2021.</p>
<p><b>6) Discussão para elaboração de proposta para classificação dos documentos do repositório do CIT (Indexação de assunto).</b></p>	
<b>Discussão</b>	<p>João Paste mencionou que a CT avaliou que parece existir uma deficiência em relação à proposta de classificação e indexação dos documentos na plataforma do Repositório do CIT. Comentou que a Curadoria, mesmo não completa em sua composição, com o esforço do início das agendas, poderá contribuir nessa discussão. Carlos Alberto disse que a equipe está bem segura em relação à complexidade dessa organização no Repositório e mencionou que internamente no sistema existe todo um processo de indexação e taxonomia que refletem nas categorias dos documentos e formas de buscas. Cintia pontuou que a logomarca do CIT no <i>site</i> do Repositório estava pequena e os <i>slides</i> da página inicial estavam passando muito rápido, dificultando a leitura; que os depoimentos dos atingidos e o conteúdo audiovisual parecem ser do <i>site</i> Caminhos da Reparação e não parecem adequados para o CIT, contendo uma trilha sonora que traz um tom de leveza e otimismo para o processo e que não condiz com a realidade dos territórios. Carlos Alberto disse que o conteúdo exposto por Cintia não é estático e que receberiam outras contribuições para serem disponibilizadas na plataforma. Com relação a adequação na velocidade dos <i>slides</i>, Carlos mencionou que depende de uma reprogramação e que por isso ainda não foi ajustado; afirmou que será revisto tamanho da logomarca do CIT na plataforma. Cintia comentou que provavelmente os depoimentos dos atingidos trarão denúncias contra as ações de reparação da FR e perguntou se a equipe já havia se estruturado para a organização desses relatos na plataforma. Iara mencionou que a diversidade de temas ocorrerá, que denúncias surgirão, mas que existem outros canais para o acolhimento e tratativas das denúncias. João Paste salientou que denúncias podem surgir como memórias e registros de descuidos, e que esses registros também devem constar na plataforma, sem censura, bem como os vídeos publicitários da FR, mas em coleções diferentes. João Paste enfatizou que a CT não recebeu uma proposta completa para a classificação e indexação dos documentos,</p>

<b>Discussão</b>	<p>necessária para a realização de buscas e pesquisas. Carlos mencionou a complexidade do tema e disse que as discussões sobre as categorias, a indexação e os filtros no site do Repositório serão constantes, em seu entendimento, tendo em vista a pluralidade de documentos; que a metodologia de organização da informação será um tema importante a ser discutido no Colegiado da Curadoria. Reapresentou brevemente o material com o sistema de classificação e indexação dos documentos exibido na 6ª RE da CT-PDCS, em 20/05/21. Iara pontuou que estão alinhados na perspectiva do aprimoramento do processo de indexação e da arquitetura do <i>site</i>; que o <i>site</i> precisa melhorar e amadurecer para aportar os diversos conteúdos que existem no cenário do rompimento, da reparação e da compensação. João Paste disse que entraria em contato com a SECEX para atualização sobre o envio de convite aos órgãos para composição da Curadoria. Reiterou que a equipe da FR avalie a necessidade de apoio de especialista sobre o tema proposto e reafirmou que o CIT deve abranger toda e qualquer produção feita, sem limitações na perspectiva de reunir e catalogar todas as informações e produções relacionadas ao processo do desastre e da reparação. Ressaltou que durante o período de gestão do CIT pela FR, caberá a essa propiciar o apoio ao Colegiado da Curadoria no que se refere à disponibilização de toda a estrutura administrativa necessária ao funcionamento do Colegiado, incluindo serviços de secretariado, conforme estabelecido na Deliberação que tratou do Regimento Interno.</p>
<b>Encaminhamento</b>	<p><b>E-50.8</b> – Apresentação de proposta para a classificação e indexação dos documentos do Inventário, necessária para a realização de buscas e pesquisas no CIT, a ser validada pela Curadoria. <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> próxima RO.</p>
<b>Encaminhamento</b>	<p><b>E-50.9</b> – Atualização junto à SECEX sobre o convite aos órgãos para composição da Curadoria. <b>Responsável:</b> CT-PDCS. <b>Prazo:</b> próxima RO.</p>
<b>7) Assuntos Gerais.</b>	
<b>Discussão</b>	<p>João Paste informou que a CT recebeu algumas denúncias sobre constrangimentos e ameaças aos atingidos em alguns territórios. Solicitou que Ana Carolina reportasse ao Ouvidor, que no momento não estava presente na reunião, que realizasse uma busca ativa sobre os registros na Ouvidoria de ameaças aos atingidos nos territórios. Joana Nabuco reforçou a necessidade de que o Ouvidor faça uma busca pelo tema nas rodas de diálogo realizadas nos territórios, além da busca por registros na base da Ouvidoria.</p>
<b>Encaminhamento</b>	<p><b>E-50.10</b> – Apresentar relatório sobre registros de situações de constrangimentos e/ou ameaças aos atingidos nos territórios. <b>Responsável:</b> Ouvidoria. <b>Prazo:</b> próxima RO.</p>

O coordenador interino João Paste agradeceu a presença de todos. **A 50ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social** encerrou-se às dezessete horas e dezesseis minutos.